

1.º Cartório
Notarial do
Porto

L.º 288-A

Fis. 29

15

- ASSOCIAÇÃO -

---- No dia doze de Abril de mil novecentos e noventa e seis, na cidade do Porto, na Avenida da Boavista, número 2671, perante mim, o Notário do Primeiro Cartório Notarial da mesma cidade, Licº MANUEL GONÇALVES DOS SANTOS, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO

---Cândido José Dominguez dos Santos, casado, natural da freguesia de Santa Justa, concelho de Lisboa, e residente na Rua do Professor Francisco Gomes Teixeira, nº 3, 8º andar, direito, em Carnaxide, Linda-a-Velha, que outorga como Presidente do INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE, Pessoa Colectiva de Direito Público, com sede Almada, pessoa colectiva 502225610.

SEGUNDO

---Jorge Rocha de Matos, casado, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, e residente na Alameda Conde de Oeiras, Torre A, 7º andar E, frente, em Oeiras, que outorga como Presidente da ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA- AIP, pessoa colectiva de utilidade pública, com sede em Lisboa, na Praça das Indústrias, pessoa colectiva 500032335, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número 37.

52

COP

TERCEIRO

---Ângelo Ludgero da Silva Marques, casado, natural da freguesia de Rio Meão, concelho de Santa Maria da Feira, onde reside, no lugar de Alpoços, que outorga como Presidente da ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE, Associação de Direito Privado, sem Fins Lucrativos, de utilidade pública, com sede no Porto, pessoa colectiva 500971315, matriculada sob o nº 33.


---- Verifiquei a identidade dos outorgantes, por conhecimento pessoal.

---- Eles declararam:

---- Que, pela presente escritura, em nome da suas representadas constituem uma associação, com a denominação de APCER - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO, com sede no Porto, e tem por objectivos na sua actividade: a) - disponibilizar serviços no domínio da certificação; b)- promover a colaboração entre empresas, peritos e instituições no âmbito da certificação; c)- participar no desenvolvimento do SPQ, nomeadamente no subsistema da qualificação; d)- intervir na formação e actualização de técnicos; e e)- acompanhar a situação internacional no domínio da certificação.

---Que o património social da associação é inicialmente constituído por entradas em dinheiro no

8-3

1.º Cartório Notarial do Porto
L.º 288-A
Fis. 30


montante de trinta milhões de escudos,
correspondentes a cem unidades de participação. _____

---- Que esta associação fica a reger-se pelos
estatutos que apresentam e ficam a fazer parte
integrante desta escritura, elaborados num documento
complementar, nos termos do nº 2 do Artigo 64º do
Código do Notariado. _____

---- Ficam arquivados, no maço de documentos
relativos a este livro: _____

a)- Fotocópia da acta número três, da reunião do
Conselho Administrativo do representado do primeiro
outorgante que, juntamente com o disposto no artigo
4º alínea b) nº 1 do Decreto-Lei nº 183/86, de 12/07
e artigo 4º nº1 do Decreto Regulamentar nº 56/91, de
14/10, comprovam a qualidade e suficiência de poderes
para este acto do mesmo primeiro outorgante; _____

b)-Fotocópia da acta da reunião do Conselho Geral, de
vinte e três de Novembro do ano passado, da
representada do segundo outorgante, comprovativa da
sua qualidade e suficiência de poderes para este
acto; _____

c)- Fotocópia da acta da reunião extraordinária da
d direcção de doze de Fevereiro último, da representada
do terceiro outorgante, comprovativa da sua qualidade
e suficiência de poderes para este acto. _____

Cal

fs-4

---Fica arquivado, no maço deste livro, o referido documento complementar, o qual não é lido, em virtude de os outorgantes terem declarado que conhecem perfeitamente o seu conteúdo.

---- Foi-me exibido um certificado passado em 31/10/1995, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, comprovativo da admissibilidade da denominação adoptada por esta associação.

---- Esta escritura foi lida aos outorgantes e foi-lhes feita a explicação do seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea deles

Assinados por
Cândido José Dominguez do Santos




O Notário
Manoel Gomes

Conta registada sob o nº 185-7

Line 288-A
Fi. 29

200.34
B.112

Calc. 15-5


ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CERTIFICAÇÃO

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede e objectivo

Artigo 1º

É constituída, por tempo indeterminado, uma associação sem fins lucrativos denominada Associação Portuguesa de Certificação, designada abreviadamente por APCER, para intervir na certificação e colaborar no desenvolvimento do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

Artigo 2º

A APCER tem sede no Porto, uma Delegação em Lisboa e pode criar outras Delegações em Portugal ou no estrangeiro.

Artigo 3º

A APCER tem por objectivos na sua actividade:

- a) disponibilizar serviços no domínio da certificação;
- b) promover a colaboração entre empresas, peritos e instituições no âmbito da certificação;
- c) participar no desenvolvimento do SPQ, nomeadamente no Subsistema da Qualificação;
- d) intervir na formação e actualização de técnicos;
- e) acompanhar a situação internacional no domínio da certificação.

Artigo 4º

1. Para a prossecução dos objectivos mencionados no Artigo anterior, a APCER exerce uma actividade por conta própria, uma actividade por conta dos seus associados e uma actividade por conta de terceiros que recorram aos seus serviços, nestes dois últimos casos mediante condições fixadas por regulamento ou por contrato.
2. O exercício da actividade da APCER visa:
 - a) responder a solicitações de entidades ou empresas, públicas ou privadas, no domínio do SPQ e da prestação de serviços no âmbito da certificação;

F.113

- b) promover a preparação de quadros técnicos de perfil adequado às necessidades do sector industrial no campo da certificação;
 - c) colaborar com instituições afins, nacionais ou estrangeiras;
 - d) promover quaisquer outras actividades e programas dentro da área da certificação e do SPQ que a Assembleia Geral ou a Administração deliberem prosseguir.
3. A APCER pode filiar-se em organismos nacionais, estrangeiros ou internacionais com objectivos afins.

Artigo 5º

1. A actividade da APCER rege-se pelos presentes estatutos e por regulamentos internos aprovados pela Administração, nos termos dos procedimentos internos adoptados para o exercício das suas competências estatutárias.
2. A actividade da APCER deve estar conforme com as normas aplicáveis da série NP EN 45000 e outras essenciais para a acreditação da APCER no SPQ como Organismo de Certificação.

CAPÍTULO II

Património Social e Associados

Artigo 6º

1. O Património Social da APCER é inicialmente constituído por entradas em dinheiro no montante de trinta milhões de escudos correspondentes a cem unidades de participação, distribuídas da seguinte forma:
 - Associação Industrial Portuense - 20 unidades de participação
 - Associação Industrial Portuguesa - 20 unidades de participação
 - Instituto Português da Qualidade - 60 unidades de participação
2. Os associados fundadores realizam um terço do Património Social na data da escritura e o restante até ao final de Dezembro de 1997.

Artigo 7º

1. Podem ser associados da APCER as pessoas singulares ou colectivas que requeiram a sua adesão aos presentes estatutos.
2. Os associados podem ser fundadores, efectivos, aderentes e honorários.

R. 114

[Handwritten signature and initials]

3. São associados fundadores os associados efectivos outorgantes da escritura inicial da APCER.
4. São associados efectivos os associados fundadores e aqueles que participarem no capital social da APCER, após a respectiva aprovação na Assembleia Geral por maioria de dois terços.
5. São associados aderentes aqueles a quem a Administração tenha atribuído tal categoria. No requerimento da admissão, os interessados especificam qual o contributo que se propõem dar ao prosseguimento dos fins da APCER, o que pode ser definido em convénio.
6. São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas a quem a Assembleia Geral, sob proposta da Administração ou por iniciativa própria, atribui tal estatuto pelo valor técnico de trabalhos efectuados ou pela colaboração prestada à APCER.

Artigo 8º

1. Os associados efectivos ficam obrigados ao pagamento de uma entrada inicial de valor igual a uma ou mais unidades de participação.
2. Por cada unidade de participação subscrita, cada associado efectivo tem direito a um voto em Assembleia Geral.
3. A subscrição de qualquer número de unidades de participação, para além da primeira, carece de aprovação da Assembleia Geral.
4. O valor inicial de cada unidade de participação, é de trezentos mil escudos, podendo ser actualizado por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 9º

1. Constituem direitos dos associados efectivos:
 - a) tomar parte e votar nas Assembleias Gerais, através dos seus representantes;
 - b) eleger a Mesa da Assembleia Geral e a Administração;
 - c) requerer a convocação das Assembleias Gerais Extraordinárias;
 - d) examinar as contas, documentos e livros relativos às actividades da APCER, nos oito dias que antecedem qualquer Assembleia Geral;
 - e) solicitar aos órgãos sociais as informações e esclarecimentos que tiverem por convenientes sobre a condução da actividade da APCER;
 - f) receber as publicações editadas pela APCER;

RS. 115
Café
Café 5-8

- g) ter informações sobre os trabalhos realizados no âmbito da APCER que não sejam confidenciais;
- h) utilizar nos termos regulamentares os serviços que a APCER ponha à sua disposição;
- i) ter preferência, relativamente a estranhos à APCER, na utilização dos serviços prestados por esta associação.

2. Constituem deveres dos associados efectivos:

- a) cumprir as obrigações estatutárias e regulamentares e as deliberações dos órgãos sociais;
- b) nomear o seu representante à Assembleia Geral da APCER;
- c) colaborar nas actividades promovidas pela APCER.

Artigo 10º

Os associados aderentes ficam obrigados ao pagamento de uma quota anual de montante a definir pela APCER.

Artigo 11º

1. São direitos dos associados aderentes:

- a) receber as publicações editadas pela APCER;
- b) ter informações sobre os trabalhos realizados no âmbito da APCER que não sejam confidenciais;
- c) utilizar, nos termos regulamentares, os serviços que a APCER ponha à sua disposição;
- d) tomar parte das Assembleias Gerais, sem direito a voto.

2. São deveres dos associados aderentes:

- a) efectuar pontualmente o pagamento das quotas que vierem ser fixadas pela Assembleia Geral;
- b) observar os estatutos, os regulamentos e as deliberações dos órgãos sociais;
- c) nomear o seu representante à Assembleia Geral da APCER.

Artigo 12º

Os associados honorários não estão vinculados ao pagamento de quotas e não gozam de direito de participação e de voto nas Assembleias Gerais.

Artigo 13º

1. Perdem a qualidade de associados todos aqueles que:



- a) solicitem a sua exoneração, mediante comunicação escrita à Administração;
 - b) sejam declarados interditos, falidos, insolventes ou sejam objecto de dissolução;
 - c) sendo aderentes se atrasarem um ano no pagamento das suas quotas;
 - d) contribuam deliberadamente ou concorram pela sua conduta para o descrédito, desprestígio ou prejuízo da APCER;
 - e) desrespeitem reiteradamente os deveres estatutários e os regulamentares, ou desobedeçam às deliberações legalmente tomadas pelos órgãos da APCER.
2. A exclusão de associados aderentes é da competência da Administração.
3. Tratando-se de associados efectivos ou honorários a exclusão é sempre determinada pela Assembleia Geral, por iniciativa própria ou por proposta fundamentada da Administração, e só é executada se se verificar uma maioria qualificada de dois terços dos votos na Assembleia favoráveis à exclusão.

CAPÍTULO III

Organização interna; órgãos sociais

Artigo 14º

1. Constituem Órgãos Sociais da APCER:
- a) a Assembleia Geral;
 - b) a Administração.
2. A fiscalização da contabilidade da APCER é confiada a uma sociedade revisora de contas cuja designação cabe à Assembleia Geral.
3. A Mesa da Assembleia Geral e a Administração são eleitas em Assembleia Geral pelos associados efectivos para o desempenho de mandatos trianuais, mantendo-se os cessantes ou demissionários em exercício das funções até que aquela se verifique.

Artigo 15º

A Assembleia Geral é constituída pelos representantes de todos os associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos associativos e as suas deliberações são soberanas, tendo apenas por limite as disposições imperativas da lei e dos estatutos.

Artigo 16º

RS. 117

[Handwritten signature and initials]

A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa composta por um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário, competindo ao Primeiro Secretário substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 17º

À Assembleia Geral compete, nomeadamente:

- a) eleger, por escrutínio secreto, os membros da Mesa da Assembleia Geral, bem como destituí-los das suas funções;
- b) eleger, por escrutínio secreto, os membros da Administração;
- c) deliberar sobre as alterações dos estatutos nos termos dos Artigos 30º e 31º, velar pelo seu cumprimento, interpretar os estatutos e resolver os casos omissos;
- d) apreciar os actos da Administração e deliberar sobre a demissão de algum ou de todos os seus membros;
- e) apreciar e votar o relatório e contas da Administração, bem como o parecer da sociedade revisora de contas, relativos aos respectivos exercícios;
- f) apreciar e votar o plano de actividades proposto pela Administração, bem como o orçamento anual e orçamentos suplementares se os houver;
- g) aprovar ou alterar os regulamentos sobre o funcionamento dos órgãos sociais e o processo eleitoral;
- h) outorgar a qualidade de associado honorário à entidades que considere merecedoras de tal distinção;
- i) deliberar sobre a exclusão da qualidade de associado, nos termos do nº 3 do Artigo 13º;
- j) alterar, ouvida a Administração, o valor das unidades de participação;
- k) estabelecer, sob proposta da Administração, o valor das quotas anuais;
- l) deliberar sobre as condições de entrada de novos associados efectivos;
- m) designar a sociedade revisora de contas para proceder à fiscalização da contabilidade da APCER;
- n) deliberar sobre a associação, adesão ou filiação, relativamente a outras instituições nacionais ou estrangeiras;

R. 118

o) deliberar sobre a dissolução da APCER, nos termos do Artigo 32°.

Artigo 18°

1. A Assembleia Geral reúne, ordinariamente, no primeiro trimestre de cada ano civil. X
2. A Assembleia Geral reúne, extraordinariamente, sempre que o Presidente da Mesa a convoque, seja por iniciativa própria seja por solicitação da Administração ou por requerimento subscrito por um conjunto de associados efectivos que representem pelo menos um quinto das unidades de participação subscritas.

Artigo 19°

As deliberações da Assembleia Geral, a consignar em acta, são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados efectivos presentes, salvo nos casos em que a lei ou estes estatutos disponham em contrário.

Artigo 20°

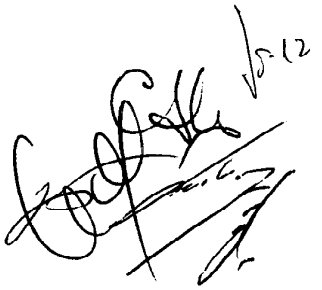
1. As convocações para as reuniões da Assembleia Geral são dirigidas por meio de carta registada a todos os associados, com um mínimo de quinze dias de antecedência para as Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias.
2. As convocações indicam o dia, a hora e o local da reunião, e a respectiva ordem de trabalhos.

Artigo 21°

1. A Assembleia Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de pelo menos metade dos associados efectivos.
2. Caso esse número não esteja presente, a Assembleia Geral funciona meia hora depois, em segunda convocação, com qualquer número de associados, com excepção das hipóteses previstas nos Artigos 30 e 31°.

Artigo 22°

1. A Administração é constituída pelo Presidente e dois Vice-Presidentes, que o coadjuvam.
2. Ao Presidente compete representar a APCER e gerir a Associação de modo a aplicar o programa de actividades aprovado.
3. Os membros da Administração podem ser remunerados por deliberação da Assembleia Geral.

119  12

4. A Administração pode nomear um Director-Geral que tem as suas competências específicas definidas em regulamento interno.

Artigo 23º

1. À Administração compete exercer todos os poderes necessários à execução das actividades que se enquadram nas finalidades da APCER e, designadamente, as seguintes:
- a) administrar os bens da APCER e dirigir e orientar a sua actividade podendo, para esse efeito, contratar pessoal e colaboradores, fixando as respectivas condições de trabalho e exercendo a respectiva disciplina;
 - b) criar e extinguir delegações;
 - c) elaborar o relatório e contas, os planos de actividades, os orçamentos anuais e outros documentos de natureza análoga que se mostrem necessários à gestão económica e financeira da APCER, zelando pela boa ordem da escrituração;
 - d) elaborar ou promover a elaboração ou as alterações dos regulamentos internos;
 - e) cumprir os estatutos e os regulamentos internos da APCER e as deliberações da Assembleia Geral;
 - f) dar execução aos planos de actividades aprovados pela Assembleia Geral;
 - g) deliberar sobre a admissão e exclusão dos associados aderentes;
 - h) negociar e celebrar convénios entre a APCER e terceiros e garantir a sua observância;
 - i) dirigir os serviços de expediente e tesouraria, entre outros;
 - j) alienar bens da APCER, com parecer favorável da sociedade revisora de contas;
 - k) exercer todas as demais atribuições que especialmente lhe sejam atribuídas pelos estatutos ou pela Assembleia Geral.
2. A APCER obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros da Administração, assim como pela de um mandatário constituído nos termos legais para a prática de actos certos e determinados.

Artigo 24º

1. Os membros da Administração perdem o mandato:
- a) em casos de destituição pela Assembleia Geral;

129
Cely
b-13

- b) quando renunciarem expressamente ao exercício das suas funções, sendo tal renúncia aceite pela Administração;
 - c) em caso de impedimento permanente declarado pela Administração.
2. Ocorrendo vaga na Administração, é a mesma provida na Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, que ocorrer.
 3. A vacatura da maioria dos lugares na Administração determina automaticamente novo acto eleitoral a ter lugar nos trinta dias subsequentes à sua ocorrência.

Artigo 25º

1. A Administração reúne ordinariamente uma vez em cada mês e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.
2. As deliberações da Administração são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, tendo o Presidente voto de qualidade.
3. As deliberações da Administração são registadas em acta.

Artigo 26º

1. Compete à sociedade revisora de contas que, nos termos destes estatutos e da lei, vier a ser designada para assegurar a fiscalização dos negócios da APCER, examinar as contas e apresentar o respectivo relatório à Assembleia Geral.
2. A sociedade revisora tem o direito de examinar os livros e documentos de escrituração, os quais lhe são facultados pela Administração sempre que pedidos.

Artigo 27º

1. A APCER, com vista a garantir o seu normal funcionamento, pode celebrar através da sua Administração convénios com os associados a fim de assegurar que lhe sejam facultados os meios humanos e materiais de que careça para a prossecução dos fins associativos.
2. Os contratos e convénios celebrados pela APCER com associados ou terceiros são reduzidos a escrito e devem respeitar as disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis.
3. A APCER pode utilizar os edifícios e outras infraestruturas indispensáveis ao seu normal funcionamento que sejam postos à sua disposição, nos termos dos respectivos convénios.

CAPÍTULO IV

R. 121
C. 11/14
C. 11/14

Receitas e despesas

Artigo 28º

1. Constituem receitas da APCER:
 - a) as unidades de participação dos associados efectivos;
 - b) as quotas dos associados aderentes;
 - c) os rendimentos dos serviços e bens próprios;
 - d) o produto da venda das suas publicações;
 - e) as retribuições que derivem das actividades próprias da APCER;
 - f) os subsídios, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos.
2. As despesas da APCER são as que resultam do exercício das suas actividades, em cumprimento dos estatutos e dos regulamentos internos e das disposições que lhe sejam impostas por lei.

Artigo 29º

Pode haver um fundo constituído à base dos excedentes que a conta de resultados venha porventura a apresentar.

CAPÍTULO V

Alterações aos estatutos

Artigo 30º

1. As alterações dos presentes estatutos só podem efectuar-se em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito.
2. As deliberações da Assembleia Geral sobre alterações dos estatutos só são válidas se tomadas favoravelmente por três quartos dos votos dos associados efectivos presentes.

Artigo 31º

1. Para efeitos do presente capítulo, a Assembleia Geral só pode funcionar em primeira convocação quando estejam representados todos os associados efectivos.
2. Em segunda convocação, a qual não se pode verificar antes de decorridos quinze dias sobre a primeira, a Assembleia delibera com qualquer número de associados efectivos.

CAPÍTULO VI

Dissolução

p. 15

B. 132
COP*Artigo 32º*

1. A APCER pode ser dissolvida mediante deliberação da Assembleia Geral, expressamente convocada para esse fim.
2. À matéria de dissolução aplica-se o disposto no nº 1 do Artigo 30º e o nº 4 do Artigo 175º do Código Civil.
3. Após a dissolução ser deliberada em Assembleia Geral a APCER mantém existência jurídica exclusivamente para efeitos liquidatórios. A Assembleia nomeia a Comissão Liquidatória imediatamente após a deliberação de dissolução, e define as linhas gerais de orientação quanto ao destino do activo líquido, se o houver, sem prejuízo do disposto na legislação vigente.

*CAPÍTULO VII**Instalação**Artigo 33º*

1. Enquanto não reunir a Assembleia Geral Extraordinária para a primeira eleição da Mesa da Assembleia Geral e da Administração, a gestão corrente da APCER é assegurada por uma Comissão Instaladora composta pelos associados fundadores.
2. No prazo máximo de noventa dias deve reunir a Assembleia Geral extraordinária para a realização dos actos eleitorais referidos no número anterior.

Cândido José Dominguez dos Santos

